Cooperação entre países do Brics pode ajudar a garantir direitos em um mundo em crise

A cooperação jurídica e econômica entre países do Brics pode ajudar a garantir direitos em um mundo em crise. Para isso, é preciso criar normas que sirvam para todos os Estados-membros, mas que respeitem suas particularidades.

Raul Spinassé/OAB

'Unilateralismo e soluções isoladas não conseguem resolver os problemas que afetam simultaneamente diversos países', disse Lewandowski

Essa foi a conclusão das autoridades que estiveram no 10º Fórum Jurídico do Brics, evento que reuniu no Rio de Janeiro representantes dos três poderes, do meio acadêmico e de instituições jurídicas dos países que integram o bloco — Brasil, África do Sul, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Índia, Irã e Rússia — para debater governança internacional, sustentabilidade e integração jurídica, sob o tema "Fortalecendo a cooperação do Sul Global por uma governança mais inclusiva e sustentável".

Desafios globais

Em palestra magna, o ministro da Justiça e Segurança Pública, **Ricardo Lewandowski**, tratou da urgência de fortalecer a cooperação jurídica entre os países do Brics para enfrentar desafios globais. Ele ressaltou que "vivemos em um mundo cada vez mais complexo, marcado por crises econômicas, mudanças climáticas, conflitos regionais e criminalidade transnacional", enfatizando que nenhum país consegue enfrentar sozinho esses problemas.

O ministro destacou o papel das instituições jurídicas e da advocacia como pilares fundamentais dessa cooperação. Segundo ele, "os advogados e advogadas têm um papel central na proteção dos direitos e na garantia da justiça. Sem integração jurídica, não há integração econômica, nem soluções eficazes para os desafios globais". Lewandowski reforçou que a atuação profissional é essencial para assegurar que políticas públicas e decisões judiciais respeitem direitos e promovam o bem-estar social.

A palestra também abordou a importância do multilateralismo e do diálogo entre países. Para Lewandowski, "o sistema multilateral de governança global precisa ser fortalecido. Unilateralismo e soluções isoladas não conseguem resolver os problemas que afetam simultaneamente diversos países". Nesse sentido, defendeu o ministro, o Brics surge como um espaço estratégico para a construção de consensos e compartilhamento de experiências jurídicas, permitindo que os desafios internacionais sejam tratados de forma coordenada e efetiva.

Integridade pública

Na abertura do evento, o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, **Vinícius Marques de Carvalho**, defendeu que os países do Brics precisam articular um modelo próprio de integridade pública, sensível às realidades locais, mas capaz de dialogar com os padrões internacionais.

"Integridade não é um conjunto de regras — é uma cultura institucional. Quando a sociedade internaliza a ideia de que o bem público é inegociável, a governança deixa de ser controle e passa a ser confiança."

Ele também defendeu a necessidade de cooperação técnica entre os países do bloco para fortalecer suas estruturas de auditoria e controle, de modo a "impedir que o combate à corrupção seja instrumentalizado como arma política, e não como política de Estado".

Aliança jurídico-econômica

O secretário de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, **Marcelo Weick Pogliese**, destacou a importância da integração jurídica e econômica entre os países do bloco. Segundo ele, o Brasil busca articular consensos que respeitem as diferenças de cada sistema jurídico, mas que permitam avanços concretos na cooperação internacional. "O fórum é um canal essencial para

Copyright © 2026 Consultor Jurídico

alinhar propostas e buscar consensos sem perder de vista as diferenças de cada sistema jurídico", afirmou Pogliese, ressaltando que o bloco precisa de mecanismos que unam soberania nacional e harmonização normativa.

O secretário também falou sobre investimentos e políticas brasileiras voltadas a infraestrutura, economia digital e sustentabilidade. Ele citou a criação do mercado interno de carbono e incentivos ao uso de moedas nacionais em transações internacionais como exemplos de ações que aumentam a segurança jurídica e fortalecem o comércio entre os países do Brics.

"Precisamos criar mecanismos que permitam transações mais fluídas entre os países, reduzindo a dependência de moedas estrangeiras e aumentando a segurança jurídica", disse Pogliese, acrescentando que experiências de China e Índia em logística e tecnologia mostram caminhos para uma integração mais eficiente.

Integração entre países

O presidente do Conselho Federal da OAB, **Beto Simonetti**, destacou a importância do encontro, que reúne juristas e autoridades para discutir o papel do Direito como instrumento de cooperação internacional.

Segundo ele, "o Brics representa mais do que um arranjo econômico e este fórum jurídico é o espaço em que diferenças se transformam em aprendizado e fortalecem a integração jurídica entre os países". Simonetti ressaltou ainda que é uma oportunidade de reafirmar valores centrais da Ordem, como "a defesa da liberdade, a valorização da democracia e o compromisso com a justiça", reforçando o papel da advocacia brasileira na construção de uma governança global mais justa.

Essa foi a terceira vez que o Brasil sediou o evento. O procurador constitucional da OAB e membro honorário vitalício, **Marcus Vinicius Furtado Coêlho**, recordou que a criação do Fórum Jurídico do Brics ocorreu durante sua gestão na presidência da Ordem. Segundo ele, "a ideia do Legal Brics consolidou-se como o braço jurídico oficial do bloco. Sem uma integração jurídica efetiva, não há integração econômica possível, porque é a harmonização das normas e procedimentos que garante segurança e previsibilidade para as relações entre os países". *Com informações da assessoria de imprensa da OAB.*

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2025-out-31/cooperacao-entre-paises-do-brics-pode-ajudar-a-garantir-direitos-em-um-mundo-em-crise/

Copyright © 2026 Consultor Jurídico